

CONTENCIOSO SOCIETÁRIO, INSOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

Mestrado em Solicitadoria

Código: 21115

Área Científica Predominante: Ciências Jurídico-Empresariais

Docente: Sara Luís da Silva Veiga Dias

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 30h Carga Trabalho: 110h

ECTS: 5,0

Objetivos

O principal objetivo desta unidade curricular será dotar os estudantes de um conjunto de conhecimentos teóricos essenciais à compreensão do contencioso societário e da insolvência e recuperação de empresas, desenvolvendo-se a visão e aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

Em particular, pretende-se que, no final da unidade curricular, os alunos:

1. Conheçam as principais ações judiciais no âmbito do contencioso societário;
2. Percebam a estrutura e tramitação destes principais meios contenciosos e saibam utilizá-los no âmbito do Direito Societário;
3. Compreendam a estrutura, fases e tramitação do processo de insolvência;
4. Conheçam os principais meios de recuperação judiciais e extrajudiciais de recuperação de empresas;
5. Percebam e tentem discutir os principais problemas e discussões doutrinárias e jurisprudenciais sobre as matérias do Contencioso Societário e do Direito da Insolvência e Recuperação de Empresas.

Resultados da Aprendizagem

No final da unidade curricular, os estudantes deverão:

- Conhecer as principais ações judiciais no âmbito do contencioso societário;
- Saber selecionar e utilizar o meio contencioso adequado aos fins pretendidos no âmbito do Direito Societário;
- Compreender a estrutura e tramitação do processo de insolvência;
- Identificar e perceber os vários processos judiciais e extrajudiciais de recuperação de empresas;
- Perceber a posição do devedor e dos credores nos processos de insolvência e de recuperação de empresa.

Conteúdos Programáticos

I – CONTENCIOSO SOCIETÁRIO

1. Procedimentos cautelares

- 1.1) Suspensão de deliberação sociais de sociedades comerciais;
- 1.2) Procedimentos cautelares não especificados (suspensão de cargo de gerente);

2. Ações judiciais sob a forma comum

- 2.1) Ação de declaração de nulidade de deliberação social;
- 2.2) Ação declarativa de responsabilidade civil contra os membros dos órgãos sociais;

- 2.3) Ação de exclusão judicial de sócio.
- 3. Ações judiciais sob a forma especial
 - 3.1) Inquérito Judicial
 - 3.2) Destituição judicial de titular de órgão social (gerente)
 - 3.3) Liquidação de participação social
- II – INSOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS
 - 1. Insolvência de Empresas
 - 1.1) Pressupostos da insolvência
 - 1.2) Órgãos da insolvência
 - 1.3) Massa insolvente e classificação dos créditos
 - 1.4) Efeitos da declaração de insolvência
 - 1.5) O processo de insolvência
 - 1.6) A qualificação da insolvência
 - 2. Recuperação de Empresas
 - 2.1) A recuperação como via preferencial e os normativos europeus sobre a matéria.
 - 2.2) O plano de recuperação no processo de insolvência
 - 2.3) O PER (processo especial de revitalização)
 - 2.4) O PEAP (processo especial para acordo de pagamento)
 - 2.5) O RERE (regime extrajudicial de recuperação de empresas)
 - 2.6) O PEVE (processo extraordinário de viabilização de empresas)

Bibliografia Recomendada

- AAVV, Código das Sociedades Comerciais Anotado (coord. CORDEIRO, António Menezes), 4.ª ed., Almedina, Coimbra, 2021;
- CUNHA, Paulo Olavo, Deliberações Sociais – Formação e Impugnação, Almedina, Coimbra, 2020;
- VENTURA, Raúl, Dissolução e Liquidação de Sociedades – Comentário ao Código das Sociedades Comerciais, 4.ª reimp., Almedina, Coimbra, 2011;
- DIAS, Sara Luís, O crédito tributário no processo de insolvência e nos processos judiciais de recuperação, Almedina, Coimbra, 2021;
- DIAS, Sara Luís, Os processos judiciais e extrajudiciais de recuperação de empresas: algumas considerações, in Revista Jurídica Portucalense, n.º especial (2022), vol. I, pp. 101-116;
- DIAS, Sara Luís e FERREIRA, Emília Rita, «Insolvência Transfronteiriça – Algumas Questões Relevantes», in Retos del horizonte jurídico Iberoamericano Vol.I, Porto/Salamanca (BUJOSA VADELL, L.M.(dir.); VEIGA, F.S.; PIERDONÁ, Z.L (coords.)), Instituto Iberoamericano de Estudios Jurídicos e Universidad de Salamanca, 2023, pp. 53 a 64;
- DIAS, Sara Luís e FERREIRA, Emília Rita, “Medidas fiscais no âmbito da Lei n.º 75/2020, relativa ao Processo Extraordinário de Viabilização de Empresas (PEVE)”, in E.Tec Yearbook - Governance Technology, 2021, publicado por JusGov - Research Centre for Justice and Governance e University of Minho - School of Law;
- FERNANDES, Luís A. Carvalho e LABAREDA, João, Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado, Quid Iuris, Lisboa, 2015;
- SERRA, Catarina, Lições de Direito da Insolvência, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2021;
- SERRA, Catarina, Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas – Análise (e) Crítica, Almedina, Coimbra, 2018.

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Os conteúdos programáticos definidos são coerentes com os objetivos da unidade curricular na medida em que se pretende fornecer os conhecimentos fundamentais do contencioso societário e do Direito da Insolvência e Recuperação de Empresas, numa vertente teórica e prática, para que os estudantes possam aplicá-los posteriormente na sua vida académica, pessoal e profissional.

Neste sentido:

- Os pontos 1, 2 e 3 do capítulo II correspondem a uma descrição e análise da tramitação dos principais meios de contencioso societário e visam satisfazer os objetivos 1) e 2) da Unidade Curricular;
- O ponto 1 do capítulo II corresponde a uma análise do processo de insolvência e visa satisfazer o objetivo 3) da Unidade Curricular;
- O ponto 2 do capítulo II corresponde a uma análise dos processos de recuperação de empresas e visa satisfazer o objetivo 4) da Unidade Curricular;
- Todos os conteúdos programáticos, na sua totalidade, ao serem analisados numa vertente prática permitirão aos estudantes alcançar o objetivo 5) da Unidade Curricular.

Métodos de Avaliação

A avaliação contínua, realizada em época normal, é composta pelos elementos de avaliação que a seguir se indicam, com as respetivas ponderações:

- a) Resolução de exercício prático , em contexto de aula, a realizar individualmente, em data a determinar pela docente (30%)
- b) Apresentação escrita de trabalho de investigação (individual ou em grupo de dois elementos), que verse sobre matéria de Direito da Insolvência e Recuperação de Empresas (50%)
- b) Apresentação oral / exposição, em aula, de síntese do referido trabalho de investigação desenvolvido (20%)
(Para obter aprovação à unidade curricular, o aluno deve realizar todos os elementos de avaliação nos termos e datas indicadas pelo docente).

O aluno obterá aprovação na unidade curricular se a classificação resultante da média ponderada dos vários elementos de avaliação for igual ou superior a 10 (dez) valores.

A avaliação final é realizada por exame escrito, em época de recurso. O referido elemento de avaliação tem a ponderação de 100% e o aluno é aprovado se obtiver classificação igual ou superior a 10 (dez) valores.